

A “DIPLOMACIA DAS ARMAS”: UM OLHAR REALISTA SOBRE A POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA DO PERÍODO MILITAR (DE 1976 A 1983)¹

*“DIPLOMACY OF ARMS”: A REALISTIC LOOK AT ARGENTINE FOREIGN POLICY
DURING THE MILITARY PERIOD (FROM 1976 TO 1983)*

Tomaz Espósito Neto²

²Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil. E-mail:
tomazeneto@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6139-8791>

Recebido em: 12/08/2020 | Aceito em: 10/02/2021.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

¹ O autor agradece pelos comentários dos pareceristas anônimos e pela atenção e urbanidade dos editores.

RESUMO

Em agosto de 1976 um golpe militar derrubou Isabel Perón e instalou um dos regimes militares mais violentos da América do Sul (1976-1983). A política internacional do Estado argentino sofreu alterações relevantes, tais como o alinhamento com o “Mundo Ocidental Cristão”, o qual era capitaneado pelos Estados Unidos. Em poucos anos, a Argentina se tornou um “pivot” de diversos momentos de tensão e de conflito no Cone Sul, como o litígio de Itaipu-Corpus, o conflito argentino-chileno pelo controle do canal de Beagle e a Guerra das Malvinas/Falklands (1982). Como resultado dessa estratégia, o país se isolou profundamente do restante da sociedade internacional. O presente texto apresenta os eixos das relações exteriores argentinas entre 1976 e 1983, com ênfase nas tensões entre a Argentina e os países contíguos, com objetivo de analisar criticamente a atuação internacional da Casa Rosada a partir da ótica do realismo clássico.

Palavras-Chave: Argentina; Política externa argentina; História da Argentina.

ABSTRACT

In August 1976 a military coup overthrew President Isabel Perón, installing one of the most violent military regimes in South America (1976-1983). When compared to previous Peronist governments, the international policy of the Argentine State has undergone relevant changes, such as an alignment with the Western Christian World. In a few years, Argentina has become a pivot of different moments of tension and conflict in the Southern Cone, such as the dispute over Itaipu-Corpus, the Argentine-Chilean conflict over the Beagle channel and the Malvinas/Falklands War (1982). As a result of this strategy, the country has profoundly isolated itself from the rest of international society. This text presents the axes of Argentine foreign relations between 1976 and 1983, with an emphasis on tensions between Argentina and the contiguous countries, with the aim of critically analyzing the international performance of Casa Rosada from the perspective of classical realism.

Keywords: Argentina; Argentine foreign policy; History of Argentina.



INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 80, Argentina e Brasil são parceiros estratégicos nos planos político e econômico internacional, sendo ambos sócios fundadores do Mercosul. Em 2018, o mercado argentino foi o terceiro destino das exportações brasileiras, com valor aproximado de 15 bilhões de dólares, enquanto a economia brasileira importou 11 bilhões de dólares de fornecedores argentinos (MDIC, 2020), em um comércio majoritariamente composto de manufaturados, como automóveis e produtos químicos. Vale lembrar ainda que o território argentino é um dos principais receptores dos Investimentos Externos Diretos (IED) do Brasil (FDC, 2019).

A despeito da inegável importância da Argentina para o Brasil, persiste na sociedade brasileira um certo desconhecimento sobre a política e a história deste país vizinho, em especial na área das relações exteriores argentinas, o que acaba por gerar percepções equivocadas e simplistas sobre o outro parceiro.

Certamente, o período ditatorial entre 1976 e 1983 marcou de forma indelével a história argentina, tendo sido caracterizado por ações tais como: uma violentíssima repressão com amplas violações de direitos humanos dos adversários do regime, no chamado “Terrorismo de Estado”; a adoção de uma política unilateral de abertura econômica, cujo resultado foi um retumbante fracasso, com a instauração de um dos maiores processos de desindustrialização e reprimarização econômicas da América do Sul; uma política externa agressiva que acarretou uma série de fricções entre a Argentina e seus principais vizinhos, além de redundar na Guerra das Malvinas/Falklands (1982), cujas feridas se encontram abertas até os dias atuais.

O escopo principal do presente trabalho é analisar, sob a ótica da teoria realista clássica, os eixos da política externa argentina durante o regime militar, que vigorou de 1976 a 1983. Nesse período, profundas e violentas transformações ocorreram no bojo da sociedade argentina, destacando-se a violação sistemática de direitos humanos de opositores pelo aparato repressivo do Estado. Na arena internacional, a Argentina atuou, cada vez mais, de maneira militarizada e “agressiva”, empregando (ou ameaçando empregar) a força para a solução de controvérsias, como na questão do canal de Beagle e na disputa sobre a soberania das ilhas Malvinas/Falklands.



Neste trabalho optou-se pelo método histórico analítico (Marconi: Lakatos, 2003), com a utilização de fontes primárias, como documentos e dados oficiais, e secundárias, como uma revisão bibliográfica da temática em questão.

Como marco teórico foi escolhido o realismo político, com ênfase nas obras de Raymond Aron, que exerceram grande influência sobre as teorias geopolíticas argentinas, em especial sobre aquelas expressas pelo pensamento do general Juan Enrique Guglielmelli. No discurso e na práxis da diplomacia argentina encontra-se a ideia de uma “potência insatisfeita” (Carr, 2001) com sua posição no sistema internacional, preocupada com o “equilíbrio de poder” (Morgenthau, 2003) regional e temerosa da emergência de uma potência preponderante (Aron, 2002) no subsistema do Prata (Mello, 1996). Ao mesmo tempo, percebe-se a disposição de resolver históricos litígios políticos regionais pelo uso da força em uma estrutura anárquica (Waltz, 2004) em que a paz é a ausência da guerra (Aron, 1986; Clausewitz, 2010).

Essa perspectiva, portanto, influenciou a condução da política exterior e fortaleceu a imagem da Argentina como potência insatisfeita com a sua posição internacional na América do Sul, disposta a empregar todos os meios necessários para evitar a quebra do equilíbrio de poder na Bacia do Prata (Guglielmelli, 2007) – com a consolidação da preponderância brasileira –, e, por conseguinte, o “declínio” argentino no *heartland* sul-americano (Mello, 1996). Houve também, ao longo do regime militar argentino, uma militarização da chancelaria: dos sete ocupantes do Palácio de San Martí entre 1976 e 1983, cinco eram militares de alta patente; ademais, o desprezo pelo estado de direito e a relativização do direito internacional, da solução pacífica de controvérsias e da boa-fé em favor do uso da força fizeram com que a Argentina adquirisse a condição de retraimento da sociedade internacional.

Segundo Viola e Queiroz (2015)³, é possível dividir os pesquisadores da política externa argentina em 4 grandes vertentes analíticas, no período de 1940 a 2005. A primeira, influenciada pelas teorias estruturalistas (Centro-Estrutura) e pelas ideias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), é a “autonomia

³ Apesar de não ser este o objetivo aqui estabelecido e longe de pretender esgotar as discussões das diferentes vertentes teóricas e historiográficas sobre a política externa argentina, busca-se situar este trabalho em meio à rica e densa discussão sobre o período militar argentino (1976-1983).



heterodoxa”, cujo representante principal é Juan Carlos Puig. A “autonomia heterodoxa” parte do pressuposto da existência de uma assimetria sistêmica no cenário internacional e da dependência como fatores condicionantes às políticas internacionais dos Estados periféricos. Nessa perspectiva, um Estado poderia aceitar a liderança da potência dominante e construir uma rede de alianças e parcerias internacionais, com vistas à construção de um modelo de desenvolvimento autônomo de caráter nacional-desenvolvimentista, com forte presença estatal na área político-econômica.

A segunda vertente é a história das Relações Internacionais da Argentina, cujo principal expoente é Mario Rapoport. Nessa linha, que buscou uma aproximação multidisciplinar com os problemas internacionais argentinos, percebe-se a influência da Escola Francesa de Relações Internacionais, em especial das forças profundas, e o papel dos “homens de Estado” (Viola; Queiroz, 2015, pp. 9-10). Outrossim, a obra de Rapoport traz uma história com forte viés econômico sem descuidar dos vetores políticos e sociais, o que permite a compreensão das profundas raízes e forças dos problemas argentinos (Viola; Queiroz, 2015).

Essa tendência foi influenciada pelos estudos seminais de Alberto Conil Paz e Gustavo Ferrari (1971) e de Juan Archibaldo Lanús (1984), que, através de um cuidadoso trabalho com as fontes primárias da chancelaria argentina e enfoque histórico, inspiraram gerações de pesquisadores (Viola; Queiroz, 2015, p. 7). De acordo com Vidigal (2003), as principais contribuições dessa corrente foram: a crescente ênfase histórica nas análises, as quais acompanhavam o recorte das mudanças das políticas institucionais e o vasto uso de documentação primária; e o realce ao respeito ao direito, às normas e aos princípios internacionais, como eixo estruturante da política externa argentina.

A terceira vertente, denominada “realismo periférico”, baseia-se nas obras de Carlos Escudé (1992) e tem como foco a teoria de que a carência de excedentes de poder da Argentina faz com que seja contraproducente uma política de confronto com as potências centrais, pois isso acabaria por afetar o desenvolvimento do país. Portanto, para uma potência periférica, a “melhor” estratégia seria atrelar seus interesses à potência preponderante (no caso, os Estados Unidos). Assim, a Argentina promoveria seu prestígio e crescimento econômico por meio das “boas relações” entre Buenos Aires e



Washington, e ainda o fortalecimento da cooperação econômica e política com o Brasil (Rocha, 2015).

Ainda segundo Escudé (1992), a construção de um alinhamento automático com as grandes potências ocidentais, em especial os Estados Unidos, evitaria a “síndrome da irrelevância da irracionalidade” oriunda dos custos de uma oposição sistemática ao “Bloco Ocidental”, em especial à Casa Branca; ademais, a estratégia diplomática deveria concentrar-se nos aspectos econômicos e evitar temas políticos polêmicos. Logo, sob a perspectiva do “realismo periférico”, a inserção internacional da Argentina encontra-se mais próxima dos pressupostos “neoliberais” das relações internacionais do que propriamente do realismo (Rocha, 2015, p. 125).

A quarta visão teórica abordada é o estruturalismo do Sistema Mundo, com influência das obras de Immanuel Wallerstein, da Escola Francesa, e de pensadores latinos americanos, e que tem como expoente Raúl Bernal-Meza. Essa linha de pensamento traz como contribuição a crítica sistêmica ao neoliberalismo, o destaque à divisão internacional do trabalho como limitador do desenvolvimento de países periféricos, a defesa do multilateralismo inclusivo e de uma nova economia política (Viola; Queiroz, 2015, pp. 12-13).

Além das quatro vertentes descritas acima, de acordo com Candeas (2017, p. 30) e Silva (2009, pp. 105-6) há ainda uma outra corrente, influenciada pelas abordagens construtivistas – como a de Onuf (1998) e Wendt (2013) – e pelas análises de correlação dos jogos de dois níveis (política doméstica e política internacional), cujo principal mentor intelectual é José Paradiso⁴. Para Paradiso (2005, p. 6, grifo do autor), as mudanças no modelo de desenvolvimento e de inserção internacional sugeriam “formas distintas de se ‘estar no mundo’. As circunstâncias políticas internas, os sistemas de ideias e as mudanças nas estruturas do sistema de poder internacional proporcionavam inestimável auxílio explicativo dos principais fatores intervenientes”.

No artigo “Ideias, ideologias e política exterior na Argentina”, José Paradiso afirma: “Neste trabalho, concebido como uma primeira abordagem ao tema da gravitação das

⁴ Essa classificação de José Paradiso como construtivista não é unanimidade. No entanto, o autor decidiu mantê-la com base nos trabalhos de Candeas (2017) e Silva (2009).



ideias e ideologias sobre a formulação da política exterior argentina, adotamos uma perspectiva histórica” (Paradiso, 2007, p. 6).

Roberto Russell (1996, p. 331) apresenta a influência do realismo, em especial da *realpolitik*, na percepção dos diplomatas e autoridades do período militar, que era, também, uma visão permeada de um anticomunismo e de uma política de poder no cenário internacional, principalmente na América Latina. Apesar da obra de Russell (1996), nos estudos brasileiros sobre a política internacional argentina percebe-se uma lacuna sobre a inserção internacional do período militar, ainda mais sob o prisma do realismo clássico. O presente texto se alinha à perspectiva de Roberto Russell.

Além da introdução e das considerações finais, este artigo consiste de dois blocos. O primeiro descreve sucintamente a política interna argentina do período, apresentando brevemente o golpe desfechado pelas forças armadas argentinas, depois analisando a formação burocrática do Estado e tecendo alguns comentários sobre a repressão política empreendida pelos órgãos ditatoriais do governo.

O segundo bloco expõe os principais eixos da política internacional argentina, começando pela “inserção atrelada” da Argentina ao “Mundo Ocidental” Capitalista, bloco capitaneado pelos Estados Unidos, cujo ápice foi o envio pela Casa Rosada, a pedido da Casa Branca, de “observadores” militares para participar de missões de combate aos movimentos de esquerda na América Central (Ayerbe, 2002; Bandeira, 2010). No entanto, é preciso ressaltar que não existiu alinhamento completo às diretrizes de Washington, como se pode perceber nos desentendimentos argentino-norte-americanos sobre as violações de direitos humanos no país platino (Schmidli, 2011), além da recusa argentina em participar do embargo de grãos à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Rapoport, 2007, p. 631). Aliás, Juan Carlos Puig (1988), por essas razões, classifica o período da ditadura argentina de “autonomia heterodoxa”; já Mario Rapoport e Claudio Spiguel (2005, p. 50) utilizam o termo “diversificação da dependência”. A seguir, o estudo aborda o litígio de Itaipu-Corpus e as tensões e atritos com o Brasil: por detrás das disputas em torno da construção hidroelétrica brasileiro-paraguaia havia uma complexa luta pelo equilíbrio de poder na Bacia do Rio da Prata (Espósito Neto, 2020; Mello, 1996). Esse capítulo trata também das disputas argentino-



chilenas pelo controle do estreito de Beagle e, por fim, discorre sobre a guerra anglo-argentina pela posse das ilhas Malvinas/Falklands (1982), cujos desdobramentos levaram à derrocada dos militares e à redemocratização da Argentina.

ASCENSÃO E QUEDA DO REGIME MILITAR ARGENTINO: DO GOLPE DE ESTADO (1976) AO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1983)

Em 1976, houve um golpe de Estado desfechado por parte dos militares argentinos contra o governo de Isabelita Perón, cuja administração encontrava-se envolta em uma grave crise política e econômica (Fausto; Devoto, 2004, p. 413; Romero, 2006, p. 207). Essa crise gerou algumas das condições para o golpe que deu início ao que se denominou “Processo de Reorganização Nacional”, processo esse que tinha a finalidade de reorganizar os setores econômico, político e social da Argentina (Moneta, 1986, p. 118; Palermo, 2007; Romero, 2006; Di Tella, 2017).

Durante o período da ditadura (1976-1984) a presidência da Argentina foi ocupada por diversos generais: Videla (1976-1980), Viola (1980-1981), Galtieri (1981-1982) e Bignone (1982-1983). Entretanto, isso não significou uma falta de continuidade nas políticas públicas durante as gestões dos presidentes fardados, pois o Executivo, Legislativo e Judiciário estavam sujeitos às decisões da Junta Militar (Camargo, 1986; Espósito Neto, 2006).

Em termos da organização institucional, o Congresso foi dissolvido e substituído por uma Comissão de Assessoria Legislativa (CAL), escolhida diretamente pela Junta Militar que governava o país, alguns partidos foram declarados ilegais e outros, como o Judicialista, perderam sua personalidade jurídica (Camargo, 1986, p. 384).

A Junta Militar era composta por um membro de cada arma, e as deliberações eram feitas através do “veto compartilhado” (Tulchin, 1986, p. 180; Russell, 1996, p. 312), isto é, qualquer decisão deveria ser definida pelo consenso, o que mantinha o equilíbrio entre as forças (Rapoport, 2007, pp. 609-610). Caso uma questão fosse vetada, esta voltava às mesas de negociação até que se chegasse a um “bom termo” entre as partes. No final a decisão da junta era apresentada como “Ato de Estado”.

Na Argentina, grande parte da burocracia de Estado é historicamente nomeada pela elite governante do momento (Souza, 2015), e na época da ditadura não foi diferente. Houve ampla nomeação de militares para cargos tradicionalmente comandados por



burocratas civis, o que causou uma série de desconfianças e atritos entre os grupos civis e militares de vários ministérios e órgãos (Saraiva, 2012): “Esse problema era particularmente agudo no Ministério das Relações Exteriores, onde a equipe de carreira frequentemente parecia estar em confronto com seus superiores militares [...]” (Tulchin, 1986, p. 181).

Outra característica da ditadura do regime foi a restrição e a violação dos direitos fundamentais e das liberdades civis da sociedade argentina. Aliás, essa foi a face mais cruel da ditadura militar, pois a perseguição e a repressão aos seus opositores foi feita com uma violência brutal, com amplo emprego da tortura, do “desaparecimento” e do assassinato de pessoas, o que ocasionou profundas sequelas na sociedade (Di Tella, 2017; Dinges, 2005). Aliás, Romero (2006) denomina a ação de genocídio ou terrorismo de Estado: “Se trató de una acción terrorista, dividida em cuatro momentos principales: el secuestro, la tortura, la detención y la ejecución” (Romero, 2006, p. 208).

A feroz e injustificável violência que o Regime Militar desatou sobre a sua população montou-se sobre a guerra de todos contra todos, que se foi deflagrando desde 1969. A Argentina embriagou-se com o mito da violência politicamente eficaz e, em última instância, purificadora [...]. O espetáculo da morte tingiu o cotidiano de todos, até o ponto em que, evaporada a garantia da ordem, mesmo as ruas passaram a ser propriedade dos assassinos (O'Donnell, 1982, p. 10).

Nesse período, há de se notar também que os serviços de inteligência e de repressão de diversas ditaduras do Cone Sul intercambiavam informações sobre indivíduos e grupos considerados “subversivos”. Essa “rede” de informações ficou conhecida como “Operação Condor” (Dinges, 2005; Chaves e Miranda, 2015). “Mediante la llamada ‘Operacion Cóndor’, una acción conjunta de las Fuerzas Armadas de los países del Cono Sur, se realizaron también maniobras ilegales que involucraban a ciudadanos extranjeros o a argentinos en el exterior (Rapoport, 2007, p. 611).

A condução da economia argentina teve forte inspiração liberal. As políticas estatais contemplaram setores exportadores competitivos, como, por exemplo, carnes e cereais e a abertura às importações, em especial de produtos manufaturados, para controle da inflação; por outro lado, promoveram o fim do subsídio governamental para setores não “dinâmicos”, a redução de gastos públicos em áreas sociais como saúde e habitação e a liberalização do mercado financeiro (Di Tella, 2017, p. 374; Espósito Neto, 2006).



Apoiada por setores financeiros e rurais da sociedade, essa política econômica prejudicou diretamente o setor industrial argentino, principalmente as pequenas empresas, que não conseguiam competir com os produtos importados. Os sindicatos e outros setores que apoiavam os políticos de oposição, principalmente os peronistas, foram duramente afetados nesse período (Fausto; Devoto, 2004, p. 416).

A economia não prosperou como imaginavam as autoridades argentinas, principalmente em razão da conjuntura econômica internacional: impactos do segundo choque do petróleo e da elevação das taxas de juros norte-americanas (que referenciam as taxas de retorno de empréstimos internacionais), aumento do protecionismo comercial dos países desenvolvidos, entre outros fatores, afetaram negativamente os indicadores econômicos argentinos (ver Tabela 1), como o PIB (Espósito Neto, 2006; Martins, 2017).

Tabela 1 - Dados Econômicos da Argentina (1976-1983)

Dados	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
PIB Total	0,5%	6,4%	-3,4%	6,7%	0,7%	-6,5%	-4,6%	3,0%
PIB da Indústria	-3,0%	7,8%	-10,5%	10,2%	-3,8%	-16,0%	-4,7%	10,2%
Dívida Externa em bilhões de dólares	9.738	11.761	12.496	19.034	27.162	35.671	38.907	44.781
Inflação ⁵	444,1%	176,0%	175,5%	159,5%	100,8%	104,5%	164,8%	343,8%

Fonte: BCRA. Memória Anual 1978, 1981, 1983 e 1985, elaborado por Martins (2017, *et al.*).

Ao se analisar o período, a despeito dos cortes de gastos públicos em diversas áreas (educação, saúde, entre outros), percebe-se um aumento considerável de gastos na compra de equipamentos bélicos, especialmente europeus (Tulcin, 1986, p. 189).

A “DIPLOMACIA DAS ARMAS”: POLÍTICA INTERNACIONAL DO REGIME MILITAR

⁵ Inflação de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor.



As autoridades argentinas concebiam seu país como uma potência insatisfeita com suas fronteiras e com sua situação no cenário internacional (Carr, 2001), e que lutava para manter o “equilíbrio de poder” (Morgenthau, 2003) em um subsistema cuja anarquia internacional é um matiz estruturante das relações entre os Estados (Aron, 2002; Waltz, 2004; Russell, 1996). Seu principal projeto era o estabelecimento da Argentina “tricontinental”, que englobaria os territórios do continente, tendo o controle da passagem de Beagle – ou seja, uma saída para o Oceano Pacífico –, as ilhas Malvinas/Falklands no oceano Atlântico e uma grande faixa terrestre do continente Antártico (Child, 1987, p. 498; Grassi, 2020). Ademais, os militares argentinos almejavam serem reconhecidos como potência emergente aliada do Ocidente Capitalista (Moneta, 1986, p. 118; Saraiva, 2012; Paradiso, 2012). Outrossim, esses militares estavam dispostos ao uso – ou ameaça do uso – da força para atingir seus objetivos políticos, *à la* estratégia de Clausewitz (Aron, 1986; Clausewitz, 2010).

Desde esta combinación de realpolitik y anticomunismo se percebió al mundo como anárquico e inseguro (y aun como uma amenaza), al interés nacional em terminos de poder y por encima de las normas internacionales y a los valores de Occidente em serio peligro ante la pasividad, ingenuidad e inoperância (o todo esto junto) de los dirigentes políticos de las democracias desarrolladas [...] (Russell, 1996, p. 310).

Além disso, os administradores da Casa Rosada, influenciados por parte do pensamento geopolítico local (Santos, 1987), percebiam que controlavam um Estado cercado de inimigos: na bacia do Prata, Paraguai, Bolívia e Uruguai eram atraídos para a esfera de influência do Brasil (Mello, 1987), o que afetava o equilíbrio de poder na região (Mello, 1996); a leste, o impasse pelo controle do canal de Beagle gerava atritos com o Chile; a oeste, a soberania britânica sobre as ilhas Malvinas/Falklands era vista como uma afronta, além de dificultar o respaldo das intenções territoriais argentinas no continente antártico (Di Tella, 2017).

Assim, a solução encontrada pelos governantes para contrabalançar o perigo externo foi buscar manter uma relação “especial”, ou de “inserção subordinada” (Moneta, 1986, p. 118) com os Estados Unidos, atrelando os interesses da Casa Rosada aos do “Ocidente Capitalista” – capitaneado por Washington, o que significava o rompimento com a política externa peronista, conhecida como Terceira Posição, que pregava a busca de



benefícios políticos e econômicos pela “manutenção” de uma equidistância entre as duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética) (Cavlak, 2008; Muñoz, 2016;).

A ideia da inserção atrelada à principal potência mundial teve inspiração na história das relações exteriores argentinas do final do século XIX e início do século XX, quando Buenos Aires manteve, com um elevado grau de sucesso em termos econômicos e políticos, relações especiais com Londres, chegando a ser uma das principais economias do mundo (Di Tella, 2017; Escudé: Cisnero, 2010; Paradiso, 2005).

A despeito dos esforços dos militares argentinos, a parceria Argentina-Estados Unidos prosperou somente com o início da administração de Ronald Reagan (1981-1989), que se mostrou disposto a conduzir uma política de confrontação com os países do bloco comunista (Kissinger, 1999), especialmente a URSS. Anteriormente, as relações entre a Casa Branca e a Casa Rosada se encontravam estremecidas pela política internacional do presidente norte-americano Carter (1977-1981), que visava a contenção nuclear e o respeito aos direitos humanos, o que redundou em inúmeros atritos com as ditaduras latino-americanas (Barbosa; Portilho, 2016; Schmidli, 2011).

As sucessivas visitas a Buenos Aires, em 1981, dos generais Vernon Walters, Edward Meyer e Richard Graham e do almirante Hary Train traduziram claramente o desejo norte-americano de estabelecer laços militares mais estreitos [...]. Declarações oficiais enfatizaram o interesse conjunto dos EUA e da Argentina em proteger o Atlântico Sul contra o aumento da ameaça soviética [...] (Hurrell, 1988, p. 56).

Como já mencionado, uma das faces desse alinhamento político foi a participação de “observadores militares” argentinos em missões de combate aos movimentos de esquerda na América Central (como em Honduras, El Salvador e outros países) capitaneadas pelas forças de Washington. Nessas ações, as forças argentinas, além das suas atribuições normais, executavam o trabalho de interrogatório de prisioneiros, e o emprego da tortura não era incomum (Tulchin, 1986).

A Argentina inclusive apoiou a proposta norte-americana de criação da OTAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul), que, aos moldes da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico do Norte), seria uma organização de segurança de combate ao “perigo comunista” no Atlântico Sul, e que contaria, na ideia dos formuladores, com África do Sul, Brasil, Argentina e Estados Unidos (Hurrell, 1988, p. 56). O plano dessa



instituição internacional, contudo, não foi à frente, graças à interferência direta da diplomacia brasileira, que temia pelos seus interesses nos países africanos recém-descolonizados, e também devido à Guerra das Malvinas/Falklands (Vizentini, 1998, p. 284; Lechini, 2019), que diminuiu a confiança entre o Palácio de San Martin e o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (Bandeira, 2010).

Em contrapartida, a Casa Branca financiava projetos de exploração mineral, principalmente na área de extração de petróleo, na Argentina. Ademais, o Departamento de Estado dos Estados Unidos, durante o Governo Gerald Ford (1974-1977) e por influência do Secretário de Estado, Henry Kissinger, fazia “vistas grossas” aos acontecimentos internos no país platino, especialmente em relação à violação dos direitos humanos e repressão da oposição política (Tulchin, 1986; Espósito Neto, 2006). Por fim, os argentinos esperavam conseguir o apoio (ou a não interferência) estadunidense na condução da política agressiva de revisão e na resolução de problemas fronteiriços, sobretudo nas questões da posse das ilhas Malvinas/Falklands e do controle do estreito de Beagle.

Porém, mais uma vez é preciso ressaltar que a política argentina de alinhamento aos Estados Unidos não foi completa, já que, em assuntos pontuais (e vitais) para a economia do país platino, a Casa Rosada mantinha posições contrárias aos interesses norte-americanos. Um exemplo disso foi a não participação da Argentina no bloqueio de cereais à União Soviética, conclamado pelos Estados Unidos como retaliação à invasão do exército vermelho ao Afeganistão (1979-1989) (Varas, 1986; Saraiva, 2012). Nesse caso específico, após intensas discussões e deliberações internas (Camargo, 1986), a Argentina acabou por ceder aos imperativos econômicos, pois a União Soviética e os países do bloco oriental eram os principais importadores de seus produtos primários, em especial carnes e cereais (Caterina, 2019, p. 333). Em 1981, 33,7% do total de compras da URSS foi de produção argentina (Varas, 1986, p. 239), apesar dos problemas políticos entre Moscou e Buenos Aires.

Foi um período em que as relações entre a Argentina e os países limítrofes acumulavam atritos, saltando aos olhos a questão do aproveitamento hidroelétrico da bacia do Prata (em especial no caso Itaipu-Corpus) com o Brasil, a posse do canal de



Beagle com o Chile e a disputa com a Grã Bretanha pela soberania das ilhas Malvinas/Falkands (Tuchin, 1986, p. 184).

ITAIPU-CORPUS E AS ÁGUAS DA DISCÓRDIA

Nas palavras do ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, o relacionamento entre Brasil e Argentina foi envenenado durante 11 anos pela questão de Itaipu-Corpus. A ideia da construção de Itaipu surgiu do projeto do engenheiro Oscar Marco Ferraz para aproveitamento hidroelétrico de Sete Quedas, região próxima à fronteira entre Brasil e Paraguai (Espósito Neto, 2020).

A grande potencialidade desse projeto atraiu interesses internacionais, em especial por parte do Paraguai, que, percebendo na proposta uma oportunidade ímpar para o seu crescimento econômico, reabriu as discussões em torno da soberania sobre Sete Quedas (Barros, 2020). Havia também a necessidade de obtenção de novas fontes de energia barata e renovável para sustentar o crescimento ocorrido nos anos 70 e de aquisição de *expertise* e tecnologia para o desenvolvimento de setores importantes, como engenharia de barragens e equipamento eletromecânico (Espósito Neto, 2020).

A ideia de Itaipu, o aproveitamento do Rio Paraná, veio depois. Primeiramente havia a necessidade urgente de resolver o litígio de fronteira. A verdade é que eu fora convidado a chefiar nossa Embaixada no Paraguai a fim de encontrar uma solução diplomática para o diferendo de fronteira. Mas intuí, desde o princípio, que a solução tinha de passar pelo aproveitamento conjunto, entre os dois países, do imenso potencial hidroelétrico do Paraná [...] (Barboza, 1992, p. 89).

O projeto de construção de Itaipu contou com o beneplácito do presidente Médici (1969-1974), e o então ministro das relações exteriores, Gibson Barboza, iniciou o trabalho de negociação bilateral entre Brasil e Paraguai, que via com bons olhos a construção da hidroelétrica. Entretanto, as negociações não foram fáceis (Barboza, 1992, p. 97).

A Argentina sentiu-se ameaçada pela possibilidade de o Brasil trazer o Paraguai para sua completa esfera de influência, o que, na visão dos estrategistas argentinos, mudaria a ideia de equilíbrio de poder na região do Rio da Prata (Mello, 1996; Espósito Neto, 2020; Russell; Tokatlián, 2003). Além disso, por questões técnicas, a construção de Itaipu



inviabilizaria economicamente a hidroelétrica de Corpus, que seria construída a jusante de Itaipu, na fronteira entre Paraguai e Argentina (Ferres, 2004, p. 666; Spektor, 2010).

Por ser o Prata um rio internacional e por estar a jusante da construção de Itaipu, a Casa Rosada defendia a posição da consulta prévia, isto é, a Argentina deveria ser consultada antes da construção, tendo direito à voz, voto e veto. O Brasil, por sua vez, defendia a tese da informação prévia e do prejuízo sensível, ou seja, considerava ser um assunto bilateral, do interesse apenas do Brasil e do Paraguai; o Itamaraty argumentava ainda que as terras montantes eram brasileiras e as jusantes eram paraguaias, passando a ser argentinas mais além, não fazendo portanto parte do acordo. Logo, na visão brasileira, a Argentina não teria motivo para a reclamação, pois, caso ocorresse algum prejuízo sensível ao seu território, Brasil e Paraguai reparariam a perda (Espósito Neto, 2020).

Durante a gestão do presidente Geisel (1974-1979) tratou-se da compatibilização dos projetos (Vizentini, 1998, p. 229), temática que foi exaustivamente negociada de forma bilateral, avançando em todos os aspectos, até que quase se chegasse a um acordo em 1978 (Ferres, 2004, p. 669). Entretanto, as tratativas fracassaram quando o Brasil anunciou a revisão do número de turbinas, aumentando seu número de 18 para 20 (Guerreiro, 1992; Spektor, 2010).

O problema de Itaipu-Corpus foi equacionado somente na gestão Figueiredo (1979-1984), com a assinatura do Tratado Tripartite (1979), que contou com o empenho pessoal do Presidente e do chanceler Saraiva Guerreiro (Guerreiro, 1992, p. 91; Espósito Neto, 2020).

Desde então, as autoridades de Brasil e Argentina realizaram diversos contatos de alto nível, sendo o presidente Figueiredo o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar a Argentina desde Getúlio Vargas (1935). Desses contatos floresceram diversos acordos bilaterais, que propiciaram uma melhora significativa nas relações entre os dois Estados (Espósito Neto, 2013b; Saraiva, 2012).

[...] Figueiredo realiza sua visita oficial ao grande país vizinho. Desde então, os chefes de governo dos dois países têm-se encontrado quase anualmente. O ritmo mudou. O quadro das relações bilaterais passou a ser outro, é novo (Guerreiro, 1992 p. 94).



O IMPASSE ARGENTINO-CHILENO SOBRE O CONTROLE DO ESTREITO DE BEAGLE

Quase simultaneamente à resolução do impasse do aproveitamento hidroelétrico dos rios da Bacia do Prata, tiveram início as desavenças entre Buenos Aires e Santiago pelo controle do canal de Beagle (Santos, 2016; Pastor, 1996, p. 261).

As fronteiras entre Argentina e Chile foram definidas por um tratado em 1881, depois de intensas negociações entre as duas chancelarias, e ambas as partes assinaram um protocolo adicional em 1893, pelo qual o Chile renunciava a seu acesso ao Oceano Atlântico e a Argentina, por sua vez, desistia de uma costa no Oceano Pacífico. Segundo esses acordos, a linha fronteira era traçada a partir da ilha Navarino, o que deixaria as chamadas *islas del Beagle* (Lennox, Picton e Nueva) sob a soberania do Chile. Em 1904, Buenos Aires propôs a revisão dos acordos anteriores de delimitação de fronteiras, alegando que, durante as negociações, haviam ocorrido problemas cartográficos referentes ao canal de Beagle e às três ilhas. Desde então, o arquipélago tem sido ocupado por chilenos e estrangeiros, com autorização de Santiago (Escudé: Cisnero, 2010; Lacoste, 2014).

Apesar das negociações entre chilenos e argentinos sobre a soberania das ilhas e o controle do canal, não se chegou a um resultado que satisfizesse às duas partes. Solicitou-se então o arbitramento da questão à coroa britânica, que, em 1977, emitiu decisão favorável ao Chile. Em 1979, a Argentina, todavia, não reconheceu essa determinação (Lacoste, 2004; Pastor, 1996). “Efectivamente, em 28 de enero la República Argentina declara el laudo absolutamente nulo” (Pastor, 1996, p. 263).

Ao longo dos governos militares argentinos, a questão voltou à baila através das reiteradas declarações dos militares da “linha dura”, cuja voz de maior expressão foi o almirante Emílio Eduardo Massera, chefe da Marinha, que defendia a soberania sobre a ilha, sugerindo, se necessário, uma ação armada. O presidente Videla, pressionado pelos “falcões”, endureceu a postura argentina sobre a questão; o Chile, por sua vez, sob a ditadura do presidente general Pinochet, radicalizou sua posição. Em 1978, os dois países quase se enfrentaram militarmente, chegando ambos a mobilizar contingentes das forças armadas, tendo inclusive havido incidentes nas fronteiras. O conflito somente não



ocorreu por interferência direta do papa João Paulo II, que aceitou mediar a questão (Santos, 2016; Escudé: Cisnero, 2010).

Em 1981, com a ascensão à presidência do general Leopoldo Galtieri e sua política internacional, as tensões político-militares entre Argentina e Chile recrudesceram, e em janeiro de 1982 houve novos incidentes entre os dois países. Contudo, a eclosão da guerra das Malvinas/Falklands em abril de 1982 transferiu a atenção dos militares argentinos para um novo teatro de operações.

A GUERRA DAS MALVINAS/FALKLANDS (1982): O CREPÚSCULO DA “DIPLOMACIA DAS ARMAS”

A “diplomacia das armas” dos governos militares de Buenos Aires encontrou seu crepúsculo no episódio do conflito das Falklands/Malvinas. No dia 02 de abril de 1982 as forças militares argentinas invadiram o território das ilhas Falklands/Malvinas, ocupado por cidadãos britânicos, pondo fim às negociações sobre a soberania da ilha, que se arrastavam desde 1833. A Grã-Bretanha prontamente enviou ao local uma força tarefa, capitaneada por dois porta-aviões, para recuperar as ilhas. Após 74 dias de intensos combates, a Union Jack voltou a tremular no arquipélago das Malvinas/Falklands (Espósito Neto, 2006).

Segundo os estudos historiográficos, no cerne do embate anglo-argentino encontram-se razões históricas, geoestratégicas, econômicas e de natureza interna dos dois países (Vidigal, 2002; Vidigal, 2014). O litígio em torno da soberania nas Malvinas/Falklands remonta ao imperialismo europeu do século XIX, quando diversas potências (França, Grã-Bretanha, Espanha, entre outras) se digladiaram militarmente pelo domínio das ilhas (Quelet, 1982). A Argentina manteve a posse das mesmas desde sua independência (1810/1816) até 1833, quando a Grã-Bretanha invadiu o arquipélago e expulsou os moradores, mantendo-o sob sua soberania permanente até os dias atuais, salvo durante o período da ocupação argentina, em 1982.

Ao longo de sua história diplomática, a Argentina procurou reaver as ilhas através de negociações nos âmbitos bilateral e multilateral, principalmente através do Comitê Especial Sobre a Situação Relativa à Implementação da Declaração sobre a Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais nas Nações Unidas (Souza, 1988). As



expectativas da Casa Rosada, entretanto, foram frustradas em virtude da posição protelatória de Londres, influenciada pelo lobby dos moradores locais, que, ainda hoje, desejam viver sob a soberania britânica.

A posição geoestratégica das Malvinas/Falklands permite o controle do estreito de Magalhães, que, por sua vez, possibilita a navegação entre os oceanos Atlântico e Pacífico. A importância da região foi demonstrada no decorrer das duas guerras mundiais, quando aconteceram alguns combates entre naus alemãs e britânicas naquelas proximidades (Hobsbawn, 1998, p. 31), e outro ponto a ser ressaltado é o fato de que a posse desse arquipélago poderia respaldar as demandas territoriais sobre a região antártica, tanto de argentinos como de britânicos (Walsh, 1997; Vidigal, 2002).

Há que se considerar também a abundante fauna marinha e a descoberta, na década de 70, de hidrocarbonetos, cujas reservas estimadas seriam superiores às venezuelanas, como motivadores econômicos dessa disputa (Margheritis, 1991, pp. 114-116). Contudo, por motivos ignorados, nenhum investimento foi concretizado na região (Vidigal, 2014).

No entanto, a razão preponderante do conflito parece ter sido a questão político-social interna de ambos os países, já que, do lado argentino, os militares buscavam a “heroica redenção” (Moneta, 1986) dos seus erros e dos seus “pecados” – já descritos neste artigo – através de uma causa de profundo apelo nacional.

Por detrás del efervescente nacionalismo y del autocongratulatorio patrioterismo, había algo de verdadero patriotismo. Detrás de la euforia subyacían los síntomas de una sociedad que se desintegraba colectivamente [...] (Marañón, 1992, p. 92).

No lado britânico, a primeira ministra Margaret Thatcher não gozava de boa popularidade em face da opinião pública, devido à sua política econômica e social de cunho liberal (Hobsbawn, 1998). Aproveitando-se da repercussão causada no bojo da sociedade pela invasão argentina, a chefe de governo jogou todo seu futuro político numa arriscada missão de retomada das Falklands/Malvinas, sabendo que uma derrota seria a “gota d`água” para a queda do Gabinete britânico (Campos, 1994, p. 999). A vitória militar da Grã-Bretanha sobre a Argentina rendeu à primeira ministra um grande dividendo político, que lhe garantiu mais alguns anos de mandato e a maioria no parlamento, além de consolidar sua fama de “Dama de Ferro”.



A invasão argentina colocou também em perigo os territórios ultramarinos bretões, muitos dos quais à época se encontravam em litígio com outras potências: Gibraltar era disputado pela Espanha, a Guiana Inglesa pela Venezuela e Hong Kong pela China continental, entre outros. Ademais, uma eventual derrota britânica resultaria numa queda do prestígio internacional de Londres, já abalado pela questão de Suez em 1956 e por ter recorrido ao Fundo Monetário Internacional em 1976 (Espósito Neto, 2006).

Ressalta-se, ainda, que esse ataque à Grã-Bretanha surpreendeu a comunidade internacional e afrontou um dos principais princípios da sociedade de Estados, expresso no artigo 2º da Carta das Nações Unidas, que dispõe sobre a não resolução de controvérsias pela força. O Conselho de Segurança da ONU, através das resoluções nº 502 e nº 505, condenou veementemente a ação de Buenos Aires e expressou profunda preocupação com o desenrolar da crise.

Como se pode depreender da exposição dos países integrantes do Conselho de Segurança, o elemento que motivou a aprovação da resolução, no entendimento da larga maioria (10 países), foi o fato de a Argentina ter violado os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, particularmente o princípio do não uso ou ameaça da força e o princípio da solução pacífica de disputas [...] (Souza, 1988, p. 145).

Diante dessa reação, a Casa Rosada invocou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), na intenção de angariar a adesão dos países do continente americano. Nas reuniões de consulta dos ministros das relações exteriores americanos, embora se tenha reconhecido a soberania argentina sobre o arquipélago das Falklands/Malvinas, não se efetivou, entretanto, nenhuma sanção prática (Souza, 1988).

Os desdobramentos dessa crise foram diversos, entre eles vale destacar o esvaziamento da Organização dos Estados Americanos (OEA), o enfraquecimento das relações entre a Casa Rosada e a Casa Branca e a consequente reorientação da política externa do país platino, e a transição política na Argentina (Espósito Neto, 2013b).

A OEA, com seu mecanismo de consulta sobre assuntos de segurança – conforme o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) –, foi enfraquecida pelo conflito, pois durante as duas reuniões de consulta sobre a crise não foi capaz de atender aos anseios dos seus membros participantes. Também ficou patente a dependência dessa organização em relação aos Estados Unidos no sentido de levar a cabo as decisões tomadas (Ayerbe, 2006).



O estremecimento das relações entre os países do Ocidente capitalista, principalmente Estados Unidos e Argentina, deveu-se, num primeiro momento, à incapacidade norte-americana de controlar as ações de seus parceiros (Grã-Bretanha e Argentina) e de mediar a questão. Noutra instância, isso ocorreu com o envio de um grande auxílio político, militar e econômico dos países da Comunidade Econômica Européia (CEE) e dos Estados Unidos à Grã-Bretanha, o que facilitou a vitória das tropas britânicas sobre as forças argentinas.

A Argentina foi humilhada pelas circunstâncias da derrota. Ficou constatado que os 10 mil recrutas mobilizados não possuíam os equipamentos adequados para combater as intempéries climáticas e atender às necessidades básicas das tropas, e muito menos para combater uma das cinco maiores potências do mundo (Ferreira, 1988).

Em razão desse conflito, a Argentina perdeu os seus principais parceiros políticos e econômicos (Estados Unidos e Comunidade Econômica Europeia), e isso resultou num processo de “mudança” de rota de sua política internacional. No pós-guerra Malvinas/Falklands, a ênfase recaiu nas relações com os países vizinhos (entre eles o Brasil) e com os do Terceiro Mundo, em detrimento das relações com os países capitalistas avançados. Ademais, posteriormente à guerra anglo-argentina, uma grave crise econômica se abateu sobre o país, fazendo com que a diplomacia mudasse suas prioridades externas: o foco passou das questões político-militares para temas econômicos relacionados ao desenvolvimento, comércio e dívida externa (Espósito Neto, 2013b).

Outro resultado da derrota argentina foi a queda do presidente general Leopoldo Galtieri, que foi obrigado a renunciar e em seu lugar ficou o general Bignone, que conduziu a transição política argentina rumo à democracia, todavia sem contar com uma margem de manobra política que lhe permitisse uma saída negociada, como, por exemplo, uma lei de anistia irrestrita aos crimes políticos cometidos pelos órgãos de repressão (Fausto; Devoto, 2004). “Uma das consequências críticas da guerra foi o golpe mortal desfechado contra o regime militar e a pressão inexorável sobre os militares no sentido de que restituíssem o governo aos civis [...]” (Tulchin, 1986, p. 617).



Após o processo de isolamento sofrido, a reincorporação da Argentina à sociedade internacional se iniciou com o retorno ao Estado Democrático de Direito, principalmente no governo Raúl Ricardo Alfonsín (1983-1989), em circunstâncias bem delicadas e com um cenário internacional desfavorável.

A ascensão de Ricardo Alfonsín, em dezembro de 1983, deu-se em um momento em que a economia da Argentina estava decomposta, e em função do nível de violência da ditadura militar e da Guerra das Malvinas, o país encontrava-se isolado no sistema internacional. As relações com os Estados Unidos e com os países da Comunidade Europeia estavam difíceis. No campo econômico, havia dificuldades no pagamento dos serviços da dívida externa e frente ao protecionismo dos países industrializados (Saraiva, 2012, p. 66).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou, à luz do realismo clássico, descrever e analisar algumas das facetas das relações exteriores dos governos militares da Argentina entre 1976 e 1983, os quais foram pautados – em grande medida – pelo uso, ou ameaça do uso da força no intuito de construir uma potência média (Russell, 1996). A falta de prudência, ou mesmo de *virtú*, das autoridades argentinas ameaçou a estabilidade da região e criou tensões com as potências vizinhas, em especial Brasil e Chile, mas também com grandes potências, como a Grã-Bretanha. Do mesmo modo, as ações descuidadas na arena internacional, os equívocos econômicos e as brutais violações de direitos humanos pelo aparato de Estado geraram um grande desgaste à imagem internacional do país (Escudé, 1992) e sequelas presentes até os dias atuais na sociedade argentina, além de um grande enfraquecimento nas suas fontes de poder (Mello, 1996).

Isto demonstra que as relações internacionais não são meros “jogos de soma zero” ou simples disputas pelo poder. A política, a diplomacia e o direito internacional apresentam nuances importantes que apenas olhares treinados e atentos conseguem perceber, e somente atores experientes são capazes de navegar por essas “águas turbulentas”. Caso contrário, é grande o risco de se cometer perigosas simplificações e equívocos grosseiros em temas complexos, como o conflito das Malvinas/Falklands (1982).

A falta de prudência, de *virtú* e do entendimento das complexidades dos fenômenos internacionais das autoridades argentinas levaram seu Estado a conduzir políticas erráticas que arruinaram o país, acarretando um profundo retraimento da presença



argentina na sociedade internacional, fenômeno que viria a ser revertido no governo Raúl Alfonsín (1983-1989) (Saraiva, 2012, p. 66).

Na política, em especial nas relações internacionais, o emprego da força em detrimento da diplomacia, da solução pacífica de controvérsias e do direito interestatal tem um custo (econômico, social e político) muito alto. Portanto, uma política externa, para ser bem-sucedida, deve contemplar os interesses e os valores permanentes da sociedade nacional e internacional.

A participação e o diálogo entre os *stakeholders* e representantes da sociedade civil, dos outros poderes, de entes subnacionais e da academia devem ser estimulados como um canal de diálogo permanente entre os diversos grupos que compõem o Estado-Nação. Destarte, a prudência e a boa-fé são elementos essenciais para a boa condução da diplomacia de um Estado (Ferreira, 1988).

Afinal, a direção das relações internacionais de um país é muito importante para ser uma atribuição de poucos, fechados em círculos exclusivos. O caso argentino é exemplar, um modelo a ser analisado por todos os governantes como um fracasso a não ser repetido.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Aron, R. (1986). *Pensar a guerra, Clausewitz: a era planetária*. Brasília: UnB.

_____. (2002). *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: FUNAG; Editora Universidade de Brasília.

Bandeira, L. A. M. (2010). *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003)*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Barbosa, W. D.; Portilho, I. E. (2016). 'As políticas externas de Argentina e Brasil durante seus regimes militares: uma abordagem comparativa', *Relações Internacionais (Lisboa)*, Nº 51, pp. 107-124.

Barboza, M. G. (1992). *Na diplomacia o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record.

Barros, L. E. P. (2020). 'Paraguay in search of waters', *Albuquerque: Journal of History*, 12(23), pp. 154-166.

Candeas, A. (2017). *A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na "visão do outro"*. 2ª Ed. Brasília: FUNAG.



- Camargo, S. de. (1986). 'Caminhos que se juntam e se separam: Brasil e Argentina, uma visão comparativa', *Revista Política e Estratégia*, 4(3), pp. 374-404.
- Campos, R. (1994). *Lanterna de popa*. Rio de Janeiro: Top books.
- Carr, E. H. (2001). *Vinte anos de crise 1919-1939*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, IPRI, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Caterina, G. (2019). *Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)*. Dissertação de Doutorado, História, Política e Bens Culturais (Conceito CAPES 5)/Fundação Getúlio Vargas (FGV), Brasil.
- Child, J. (1987). 'A Antártida e o pensamento geopolítico argentino', *Revista Política e Estratégia*. São Paulo, out/dez. p. 36-46.
- Di Tella, T. S. (2017). *História social da Argentina contemporânea*. Brasília: FUNAG.
- Escudé, C. (1992). *El realismo periférico*. Buenos Aires: Planeta.
- _____.; Cisnero, A. (Orgs.) (2010). *História de las relaciones exteriores de la Argentina (1806- 1989)*. Disponível em: http://www.argentina-rree.com/home_nueva.htm [Acesso em 02 Jan. 2020].
- Espósito Neto, T. (2006) *A política externa brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas (1982)*. Dissertação de Mestrado, História/PUC-SP.
- _____. (2013b). 'O tortuoso caminho da cooperação entre Brasil e Argentina: De Itaipu ao Mercosul'. *Conjuntura Austral*, 4(17), pp. 54-69.
- _____. (2020). *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias: fronteiras, energia e poder*. 2ª Ed. Curitiba: Editora Appris, 1.
- Fausto, B.; Devoto, F. J. (2004). *Brasil e Argentina: um ensaio de História Comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34.
- Ferreira, O. S. (1988). *Forças armadas, para quê*. São Paulo: Edições GRD.
- Ferrari, G.; Paz, A. (1971). *Política exterior argentina 1930- 1962*. Buenos Aires: Círculo Militar.
- Ferres, V. P. (2004). 'A solução do conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80', *Revista Projeto História*, 29 (2), pp. 661-672.
- Guerreiro, R. S. (1992). *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano.
- Guglielmelli, J. E. (2007). *Pensar con estrategia. Remedios de escalada*. Argentina: Editora de la UNLA.
- Hobsbawn, E. (1998). *Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.



- Hurrell, A. (1988) 'Os Estados Unidos e a segurança no Atlântico Sul', *Contexto Internacional*, 4 (7), jan-jun.p. 51-62.
- Kissinger, H. (1999). *A diplomacia das grandes potências*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/Universidade Editora.
- Lanús, J. A. (1984). *De Chapultepec al Beagle: política exterior argentina 1945-1980*. Buenos Aires: Emecé.
- Lechini, G. (2019). 'Argentina and the zone of peace and cooperation of the South Atlantic' (ZOPACAS), *Brazilian Journal of African Studies*, 4 (7), pp. 105-125.
- Marañón, J. B. (1992). *La tierra que perdió sus heroes*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Margheritis, A. (1991). 'Os recursos energéticos das Ilhas Malvinas e sua relação com o conflito anglo-argentino', *Contexto Internacional*, 13(1), pp. 111-132.
- Martins, C. G. S. (2017). 'Liberalismo na Argentina: O impacto das reformas do setor financeiro realizadas durante a ditadura de 1976'. In: *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Niterói, RJ.
- _____. (1987) *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Dissertação de Mestrado, Ciência Política/PUC-SP.
- Mello, L. I. A. (1996). *Argentina e Brasil: A Balança de Poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume.
- Moneta, C. J. (1986). 'O conflito das Malvinas: análise do processo de tomada de decisões do regime militar argentino'. In: Muñoz, H.; Tulchin, J. S. (Eds.), *A América Latina e a política mundial*. São Paulo: Convívio.
- Morgenthau, H. J. (2003). *A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Muñoz, L. R. (2016). 'O Conceito de autonomia em Puig e Jaguaribe: uma análise comparativa intertextual', *Carta Internacional*, 11(2), pp. 200-221.
- O'Donnell, G. (1982). 'A Argentina antes e um pouco depois das Malvinas', *Novos Estudos Cebrap*, 1(4), p. 9-14.
- Onuf, N. (1998). 'Constructivism: a user's manual'. In: Kubáľková, V.; Onuf, N.; Kowert, P. (Eds.), *International relations in a constructed world*. Londres: M. E. Sharpe.
- Palermo, V. (2007). *A ditadura militar argentina 1976-1983: do Golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo: Edusp.



Pastor, C. W. (1996). 'Chile: la Guerra o la Paz, 1978-1981'. In: Jalebe, S. R. (Comp.), *La política exterior argentina y sus protagonistas, 1880-1995*. Buenos Aires: Nuevo Hacer/GEL/CARI.

Paradiso, J. (2005). *Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2007). 'Ideias, ideologias e política exterior na Argentina'. *Diplomacia Estratégica Política*, Nº 5, pp. 5-25.

Puig, J. C. (1988). 'Política internacional argentina'. In: Perina, R.; Russell, R. (Eds.), *Argentina en el mundo (1973-1987)*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, pp. 19-45.

Rapoport, M. (2007). *Historia económica, política y social de la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Macchi.

_____.; Spiguel, C. (2005). *Política exterior argentina. Poder y conflictos internos (1880-2004)*. Buenos Aires: Civilización Brasileira.

Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, Vol. 10, 2021

Rocha, M. S. (2015). 'As bases ideológicas do realismo periférico na política externa argentina', *Mural Internacional*, 6(1), pp. 1-15.

Romero, L. A. (2006). *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Russell, R (1996). 'Marchas y contamarchas de la política exterior del proceso: los gobiernos Viola, Galtieri y Bignone'. In: Jalebe, S. R. (Comp.), *La política exterior argentina y sus protagonistas 1880-1995*. Buenos Aires: Nuevo Hacer/GEL/CARI.

_____.; Tokatlián, J. G. (2003). 'O lugar do Brasil na política externa da Argentina: a visão do outro', *Novos Estudos CEBRAP*, 65, pp. 71-90.

Santos, N. B. (1987). 'A geopolítica argentina', *Revista Política e Estratégia*.p.90-116.

Santos, E. dos (2016). *Entre o Beagle e as Malvinas: conflito e diplomacia na América do Sul*. Brasília: FUNAG.

Saraiva, M. G. (2012). *Encontros e desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira*. Belo Horizonte: Fino Traço.

Schmidli, W. M. (2011). 'Institutionalizing human rights in U.S. Foreign policy: U.S.-Argentine relations, 1976–1980', *Diplomatic History*, 35 (2). Bloomington: The Society for Historians of American Foreign Relations (SHAHR).

Silva, V. L. C. da (2009). 'Uma análise da política externa argentina de 1983 A 2007: ideias, crenças e percepções', *Relações internacionais no mundo atual*, 1 (7), pp. 97-122.

Souza, C. (2015). 'Capacidade burocrática no Brasil e na Argentina: Quando a política faz a diferença', *Texto para Discussão*, 1, pp. 1-68.



Souza, I. M. L. (1988). *A questão das ilhas Falklands/Malvinas: o conflito de 1982 e as repercussões no sistema internacional*. Dissertação de Mestrado, Relações Internacionais/Universidade de Brasília (UnB).

Spektor, M. (2010). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: FGV.

Tulchin, J. S. (1986). 'Regimes autoritários e política externa'. In: Muñoz, H.; Tulchin, J. S. (Eds.), *A América Latina e a política mundial*. São Paulo: Convívio.

_____. (1986b). 'A Guerra das Malvinas: conflito inevitável que nunca deveria ter ocorrido', *Revista Política e Estratégia*.p. 42-62.

Varas, A. (1986). 'A União Soviética e as relações internacionais do cone sul'. In: Muñoz, H.; Tulchin, J. S. (Eds.), *A América Latina e a política mundial*. São Paulo: Convívio.

Vidigal, C. E. (2002). 'Malvinas: vinte anos depois', *Meridiano 47 - Journal of Global Studies*, 3(20-21), pp. 8–11.

_____. (2003). 'O pensamento latino-americano em relações internacionais', *Cena Internacional*, 5(3), p. 142-161.

_____. (2014). 'As Malvinas e o petróleo: perspectivas', *Meridiano 47 - Journal of Global Studies*, 15(143), p. 19–27.

Viola, E.; Queiroz, F. A. (2015). 'História e política externa: contribuições da historiografia argentina para o pensamento latino-americano em relações internacionais (1940-2005)', *Política Externa (USP)*, 23, pp. 129-144.

Vizentini, P. F. (1998). *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

Walsh, M. V. (1997). *A atuação do Brasil frente à crise das Malvinas/Falklands (1982)*. Dissertação de Mestrado, História/Universidade de Brasília (UnB).

Waltz, K. N. (2004). *O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes.

Wendt, A. (2013). 'A anarquia é o que os Estados fazem dela: a construção social da política de poder', *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 2 (3), pp. 420-473.

